

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 821, DE 2003 (MENSAGEM Nº 307/03)

“Aprova os textos da Convenção nº 167 e da Recomendação nº 175 da Organização Internacional do Trabalho sobre Segurança e Saúde na Construção, adotadas em Genebra, em 20 de junho de 1988 pela 75ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.”

Autor: Comissão de Relações Exteriores

Relator: Deputado DANIEL ALMEIDA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo submetido à nossa análise aprova os textos da Convenção nº 167 e da Recomendação nº 175 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que versam sobre segurança e saúde na construção.

A Convenção é aplicável a todas as atividades de construção, definidas como trabalhos de edificação, obras públicas, trabalhos de montagem e desmonte, qualquer processo, operação e transporte nas obras, desde a sua preparação até a conclusão do projeto.

Podem ser excluídas da aplicação da Convenção ou de alguns de seus dispositivos, determinados ramos de atividade econômica ou empresas, sob a garantia de um meio ambiente de trabalho seguro e saudável. Tal exclusão é submetida à consulta prévia das entidades representantes das categorias econômicas e profissionais.

A expressão “construção” é definida no art. 2º da Convenção de forma bastante abrangente. São definidas também as expressões: obras, local de trabalho, trabalhador, empregador, pessoa competente, andaimes, aparelho elevador, acessório içamento.

Estabelece a Convenção que as organizações mais representativas de empregadores e de trabalhadores devem ser consultadas sobre as medidas necessárias para “levar a efeito as disposições do presente Convênio” (art. 3º).

Entre as disposições gerais, são estabelecidas as obrigações dos trabalhadores a serem estipuladas pela legislação nacional, a saber:

1. cooperar com os empregadores na aplicação das medidas prescritas em matéria de segurança;
2. zelar pela própria segurança e saúde e de outras pessoas que possam ser afetadas por seus atos ou omissões no trabalho;
3. utilizar os equipamentos de proteção fornecidos da forma devida;
4. informar sobre qualquer situação de risco;
5. cumprir as medidas de segurança e saúde.

A legislação nacional deve prever, outrossim, o direito de o trabalhador se afastar de uma situação de perigo. Existindo risco iminente para a segurança dos trabalhadores, o empregador deve interromper as atividades, providenciando, caso necessária, a evacuação dos trabalhadores.

São elencadas várias medidas de prevenção e proteção relativas aos locais de trabalho (art. 13); a andaimes e escadas de mão (art. 14); aparelhos elevadores e acessórios de içamento (art. 15); veículos de transporte e maquinaria de movimentação de terra e de manipulação de materiais (art. 16); instalações, máquinas, equipamentos e ferramentas manuais (art. 17); trabalhos em lugares altos, inclusive os telhados (art. 18); escavações, poços, aterros, obras subterrâneas e túneis (art. 19); pré-barragens e caixões de ar comprimido (art. 20); trabalhos em ar comprimido (art. 21); armações e formas (art. 22); trabalhos por cima de uma superfície de água (art. 23); trabalhos de demolição

(art. 24); iluminação (art. 25); eletricidade (art. 26); explosivos (art. 27); riscos para a saúde (art. 28); precauções contra incêndios (art. 29).

As medidas preventivas são redigidas de forma genérica a fim de facilitar a ratificação por maior número de Estados-membros da OIT. A remissão à legislação nacional é feita para que se adeqüe o instrumento internacional ao ordenamento jurídico interno, visando, tão somente, atingir o objetivo da convenção, diminuindo os riscos de acidente de trabalho e doenças profissionais no setor da construção.

É ainda fixada a obrigação de o empregador fornecer roupas (uniformes) e equipamentos de proteção para reduzir o risco à saúde e à segurança do trabalhador (art. 30).

Os primeiros socorros devem ser garantidos pelo empregador, bem como a assistência médica necessária (art. 31).

São previstas medidas que proporcionam o bem-estar do trabalhador, como o abastecimento de água potável, existência de instalações sanitárias, local para a troca de roupa e local apropriado para as refeições e intervalos intra-jornada (art. 32).

É garantido ao trabalhador o acesso à informação sobre os riscos aos quais está sujeito, bem como as formas de evitar ou diminuir tais riscos (art. 33).

A notificação à autoridade competente sobre acidentes e doenças profissionais, nos termos da convenção, deve ser feita de acordo com a legislação nacional.

A fim de efetivar a aplicação do instrumento internacional, devem os Estados-membros adotar as medidas necessárias, inclusive sanções. Devem, ainda, organizar serviço de inspeção.

São previstas várias disposições gerais, comuns às convenções da OIT, relacionadas aos procedimentos de ratificação, vigência internacional e denúncia.

A Recomendação nº 175 versa sobre o mesmo tema, detalhando as medidas de segurança.

Submetida a mensagem presidencial à análise da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em 1º de outubro de 2003, que opinou, por unanimidade, pela aprovação da mensagem e apresentação de Projeto de Decreto Legislativo, nos termos do parecer do relator, Dep. Francisco Dornelles.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A segurança e a saúde do trabalhador são preocupações constantes da OIT, em especial das categorias mais sujeitas a um ambiente de trabalho nocivo e perigoso, como é a construção civil.

Com efeito, esse setor tem registrado altíssimos índices de acidentes do trabalho, em virtude das condições, muitas vezes precárias, em que se realiza o serviço. Além disso, é notória a alta taxa de rotatividade dos empregados, que desestimula o investimento na sua educação para o trabalho.

Assim, a ausência de treinamento para garantir a observância de normas mínimas de segurança vem piorar a situação do ambiente de trabalho dessa categoria.

Tanto a Convenção quanto a Recomendação aprovadas pelo Decreto Legislativo submetido à nossa análise visam estabelecer normas e diretrizes para a segurança no setor de construção.

Destaque-se que os dispositivos estão redigidos de forma genérica e bastante abrangente, devendo a legislação nacional adequar-se às determinações.

Consideramos que os instrumentos internacionais são absolutamente compatíveis com os dispositivos nacionais vigentes relacionados à saúde e segurança no setor da construção civil.

A norma internacional, no entanto, impõe responsabilidade extraordinária, pois ao ser ratificada, não mais o Estado brasileiro responde

apenas internamente pela observância das condições de segurança e saúde do trabalhador na construção. Pode o Brasil ser responsabilizado internacionalmente se tais condições não forem respeitadas.

Além disso, a publicidade de um ato internacional, eleva a norma a uma categoria diferenciada, sendo dada maior importância em virtude da comunidade internacional ter disposto sobre o tema.

Os dispositivos internacionais ratificados pelo Brasil devem, também, ser observados para a feitura de novas normas, orientando o legislador, dispondo sobre padrões mínimos a serem observados.

As medidas de prevenção e proteção dispostas na Convenção nº 167 da OIT visam ao meio ambiente de trabalho saudável na construção civil, a fim de evitar acidentes e doenças profissionais, diminuindo os riscos da atividade.

Tais medidas devem ser adotadas mediante a eliminação do risco ou fornecimento de equipamento de proteção individual e coletivo, a fim de neutralizar os riscos.

A educação do trabalhador sobre as medidas de segurança é fundamental, bem como o respeito à sua dignidade. Deve ser salientado que vários dispositivos são destinados a melhorar o ambiente de trabalho para garantir ao empregado um mínimo de dignidade na prestação de serviços em locais muitas vezes sem estrutura.

Assim, devem ser destinados espaços para a refeição e descanso, bem como sanitários e vestiários. Claro que deve ser observada a razoabilidade, pois em vários casos de construção, a destinação desses espaços não é possível.

Os instrumentos internacionais não dispõem simplesmente sobre as medidas burocratizadas de segurança no trabalho. Visam, sobretudo, melhorar o meio ambiente de trabalho na construção, termo que abrange, inclusive, o bem estar do trabalhador.

Deve, ainda ser esclarecida a diferença entre Convenção e Recomendação. No presente caso, ambas dispõem sobre a mesma matéria, no entanto, não têm os mesmos efeitos jurídicos.

Nos termos do art. 19 da Constituição da OIT, tanto as convenções quanto as recomendações são comunicadas aos Estados-membros, a fim de que seja examinada a possibilidade de ratificar as primeiras e de adotar, mediante legislação, por exemplo, as medidas previstas nas segundas.

No nosso caso específico, o Poder Executivo submete o instrumento internacional ao Congresso Nacional para conhecer da matéria. A convenção internacional, é submetida para que o Congresso a aprove ou não, sendo que, no primeiro caso, possibilita a sua ratificação.

A recomendação, outrossim, é encaminhada para o Congresso a fim de que se tome ciência do texto e legisle, total ou parcialmente, sobre a matéria nele disposta.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 821, de 2003, no entanto, aprova também o texto da recomendação. Tal aspecto será, obviamente, analisado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Em virtude de todo o exposto, por considerarmos um avanço para as relações de trabalho na construção, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 821, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado DANIEL ALMEIDA
Relator